

Às vésperas da assembléia do BID, Brasil e Estados Unidos travam duelo de bastidores.

Nos bastidores, as autoridades brasileiras estão condenando com veemência os Estados Unidos, que conseguiram bloquear por dois meses de um empréstimo de US\$ 350 milhões pedido pelo País ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Não é certo, porém, que os mesmos termos e argumentos sejam usados pela ministra Zélia Cardoso de Mello, que chega hoje a Nagoya, no Japão, para acompanhar a assembléia anual do BID. O governo brasileiro vê na iniciativa de Washington uma pressão indevida para acelerar a conclusão de um acordo com os credores privados sobre os juros atrasados da dívida externa, mas ainda ontem o embaixador dos EUA no Brasil, Richard Melton, sugeriu em Brasília que o acerto está próximo — o que liquidaria a pendência em torno do crédito do BID.

A ação de Washington é vista em Brasília, como um ato que beira a irresponsabilidade, pois põe potencialmente em risco a classificação AAA (a mais favorável) dos créditos do BID, que permite à instituição pagar a menor remuneração do mercado de capitais pelos recursos que levanta para suas linhas de financiamento à América Latina. Os EUA e os demais países industrializados não parecem impressionados com a argumenta-

ção brasileira. Um funcionário norte-americano ouvido em Nagoya pelo correspondente **Paulo Sotero** lembrou que o mercado de capitais conhece a incerta situação financeira do País e já incorporou os riscos que ela representa.

“Calote potencial”

Oficialmente, o Departamento do Tesouro dos EUA não pode admitir que o adiamento está relacionado às negociações desenvolvidas em Nova York pelo embaixador Jório Dauster com o comitê assessor dos bancos credores — embora o embaixador Melton tenha sugerido em Brasília que o impasse da dívida está por trás de todas as dificuldades enfrentadas pelo País junto à comunidade financeira internacional. A alegação oficial da Casa Branca para sustentar o bloqueio do empréstimo é de que a capacidade futura de pagamento do Brasil é duvidosa — um argumento rebatido com dureza por um alto funcionário brasileiro em Nagoya. “Somos tratados como uma pessoa inocente que é presa porque se suspeita de que ela poderá cometer um crime no futuro”, afirmou a fonte.

A preocupação maior dos representantes brasileiros é quanto aos riscos da iniciativa norte-americana para a saúde financeira do

BID. Além de ser o maior tomador de empréstimos junto ao banco — o Brasil recebeu 15% dos US\$ 46 bilhões financiados pelo BID em três décadas de existência —, o País é o seu segundo maior acionista, com 10% do capital. Segundo esse raciocínio, o adiamento cria uma nova condicionalidade aos empréstimos do BID, não prevista em seus estatutos. Além disso, o incidente coincide com as declarações do futuro presidente do Banco Mundial (Bird), Lewis Preston, que acenou com uma elevação de 11% para 15% as reservas do Bird a fim de proteger a classificação AAA de seus créditos — a mesma desfrutada pelo BID.

Enquanto trocam acusações, porém, Brasil e Estados Unidos mantêm abertos os canais de negociação. Ao chegar a Nagoya, o representante brasileiro na direção do BID, Pedro Malan, reiterou que o País não condicionará as negociações de Nova York ao desbloqueio do empréstimo. Em Brasília, o embaixador norte-americano Richard Melton acenou com um perdão parcial da dívida brasileira junto ao governo dos EUA nos marcos da Iniciativa das Américas, anunciada no ano passado pelo presidente George Bush e que tem no reescalonamento da dívida latino-americana um de seus pontos centrais.